LEONARDO MANSO VICENTIN

PRECEDENTES JUDICIAIS

**Apontamentos sobre seus antecedentes históricos e interpretação do
artigo 927 do CPC/2015**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Professor Dr. Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2019

LEONARDO MANSO VICENTIN

PRECEDENTES JUDICIAIS

**Apontamentos sobre seus antecedentes históricos e interpretação do
artigo 927 do CPC/2015**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Walter Piva Rodrigues.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Vicentin, Leonardo Manso

Precedentes judiciais: Apontamentos sobre seus antecedentes históricos e interpretação do artigo 927 do CPC/2015 / Leonardo Manso Vicentin ; orientador Walter Piva Rodrigues -- São Paulo, 2019.
150 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. direito processual civil. 2. precedente judicial. 3. uniformização. 4. interpretação. 5. litigiosidade repetitiva. I. Rodrigues, Walter Piva, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA:

À Fernanda, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fernanda, com amor, pelo companheirismo absoluto, pela paciência e apoio incondicionais. Tê-la ao meu lado foi não só uma força para iniciar esta dissertação, como é uma inspiração para me tornar a cada dia uma pessoa melhor.

Aos meus pais, Gilberto e Cristina, e também ao meu irmão, Bruno, por todo o amor, carinho e ensinamentos. Jamais conseguirei expressar em palavras a gratidão por ter nascido em lar tão acolhedor, onde nossa união jamais nos deixará desamparados, seja qual for a dificuldade que a vida nos impuser.

Ao Professor Walter Piva Rodrigues, pela confiança, pelo senso humanístico, democrático e de cidadania com que ensina o Direito e, sobretudo, pelas lições de vida que naturalmente transmite.

Aos amigos de infância, de faculdade e de magistratura, que a despeito da distância e dos afazeres cotidianos não nos faltam nos momentos ruins, e dão o melhor sentido para os momentos de alegria. Aos amigos Guilherme, Marília, Daniel, Letícia e Vinícius, que reservaram tempo para a troca de ideias e apoio, contribuindo sobremaneira para a consecução deste trabalho.

Por fim, agradeço a Deus, verdadeiro porto seguro nos momentos de aflição; grande responsável pelos momentos de paz e felicidade.

RESUMO

VICENTIN, Leonardo Manso. *Precedentes judiciais: Apontamentos sobre seus antecedentes históricos e interpretação do artigo 927 do CPC/2015*. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O objeto desta dissertação, qual seja, o precedente judicial, deita raízes na teoria geral do Direito, porquanto consubstancia fator de isonomia nas relações humanas e, por ocupar esta posição dogmática de centralidade, manifesta inequívoco potencial de gerar controvérsias a respeito da definição de seus contornos e efeitos. O trabalho inicia-se por definir o conceito de precedente judicial, averiguando a definição que o atual estado da arte atribui a essa figura, distinguindo-a de institutos correlatos. Examina, ainda, os precedentes no âmbito da tradição de *common law*, sua incursão no sistema de *civil law*, e a aproximação entre essas duas culturas jurídicas.

Traça-se um panorama das alterações legislativas relacionadas ao precedente judicial, a partir da identificação de dois grandes fatores influenciadores da valorização desse instituto no CPC/2015, a saber, os novos paradigmas da interpretação do direito e a necessidade de se construir solução para a litigiosidade repetitiva. Esse processo de introdução do precedente judicial, um instituto da *common law*, no Brasil, um país cujo sistema jurídico tem influências de outra ordem e características peculiares, evidentemente, é suscetível a enfrentar incompatibilidades e necessidade de leituras de adaptação.

Daí a proposta de se atribuir à letra do artigo 927 do CPC/2015 interpretação conforme à Constituição, considerando não somente a nossa história jurisprudencial de uniformização mediante teses cristalizadas em súmulas, mas também o inegável acolhimento, por nosso sistema, de técnicas de operação com precedentes.

Palavras-chave: direito processual civil; precedente judicial; uniformização; interpretação; litigiosidade repetitiva.

ABSTRACT

VICENTIN, Leonardo Manso. *Precedents: notes regarding the historical background and interpretation of article 927, of 2015 Civil Procedure Code*. 2019. 150 p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The subject of this dissertation, which is the judicial precedent, has roots in the general theory of Law, since it constitutes a factor of equality in human relations. And because it occupies this dogmatic important position, there is unequivocal potential to generate controversies regarding its framework definition and effects. The study begins by pointing out the definition of judicial precedent, analyzing the meaning given to this figure by the current state of art, and drawing a distinction from similar legal forms. It also examines precedents within the common law tradition, its incursion into the civil law system, and the convergence of these two legal systems.

After, an overview of the legislative changes regarding judicial precedent is outlined. This overview is based on the identification of two major factors that have influenced the increase of value of this institute in the Civil Procedure Code of 2015, namely, the new interpretation paradigms and the need to build a solution for the repetitive litigation. This process of introducing the judicial precedent, a common law institute, in Brazil, which is a country whose legal system has influences of another law system and peculiar characteristics, is susceptible to face incompatibilities and may need adaptation.

Hence the proposal to interpret article 927 of the Civil Procedure Code of 2015, according to the Constitution, considering not only our jurisprudential history regarding the standardization of law interpretation through crystallized theses in “súmulas”, but also the undeniable reception, by our system, of techniques to handle precedents.

Key-words: civil procedure law; judicial precedents; standardization; interpretation; repetitive litigation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PRECEDENTES JUDICIAIS NOS SISTEMAS JURÍDICOS CLÁSSICOS	13
1.1. PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA PREMISA CONCEITUAL	13
1.2. PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA DE <i>COMMON LAW</i>	16
1.3. PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA DE <i>CIVIL LAW</i>	29
1.4. CONFLUÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS	34
2. ANTECEDENTES DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	39
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS LUSITANOS	39
2.2. ANTECEDENTES NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	46
3. PRECEDENTES JUDICIAIS NO CPC/2015	61
3.1. VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO CPC/2015: CONTEXTUALIZAÇÃO	62
3.1.1. INFLUÊNCIA DA TEORIA DA INTERPRETAÇÃO	62
3.1.2. INFLUÊNCIA DA LITIGIOSIDADE REPETITIVA	67
3.2. PANORAMA DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS AOS PRECEDENTES JUDICIAIS	70
3.3. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	80
3.3.1. REGIME JURÍDICO: CPC/1973 E CPC/2015	80
3.3.2. ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA	84
4. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 927 DO CPC/2015	90
4.1. SISTEMA DE PRECEDENTES OU MERO ROL DE PROVIMENTOS JUDICIAIS?	92
4.2. VINCULAÇÃO OU DEVER QUALIFICADO DE FUNDAMENTAÇÃO?	96
4.3. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ESTADO DA QUESTÃO	112
5. SÍNTESE CONCLUSIVA	135
BIBLIOGRAFIA	139

Introdução

O tema desta dissertação, qual seja, o precedente judicial, tem sido objeto de intenso estudo na doutrina nacional e de crescente tratamento legislativo no sistema processual brasileiro.

Trata-se de instituto que deita raízes na teoria geral do Direito, porquanto consubstancia fator de isonomia nas relações humanas e, por ocupar esta posição dogmática de centralidade, manifesta inequívoco potencial de gerar controvérsias a respeito da definição de seus contornos e efeitos.

Assim, este trabalho tem por objetivo geral estudar o atual regramento do precedente judicial e institutos correlatos no CPC/2015, examinando-os à luz de seus antecedentes históricos, jurídicos e sociais, de modo a contribuir para a sistematização da matéria e para a compreensão e o manejo de tais institutos no sistema processual brasileiro.

Para a consecução deste objetivo, busca-se uma compilação crítica da “literatura processual” já produzida, com a tentativa de oferecer um panorama útil sobre o tema, sem olvidar os requisitos apontados por Umberto Eco¹ para que o trabalho seja dotado de cientificidade, a saber: (i) objeto reconhecível; (ii) abordagem do objeto ainda não feita ou sob ótica diversa das já feitas; (iii) estudo útil aos demais, acrescentando algo ao que já se sabe; e (iv) possibilitar verificação e contestação das hipóteses apresentadas.

Por essa razão, faz-se necessário estabelecer alguns cortes epistemológicos, de modo a possibilitar tanto a consecução dos fins próprios de uma dissertação na área de direito processual, como o oferecimento de uma feição útil e peculiar a este trabalho.

Para além dos capítulos introdutório e conclusivo, o tema desta dissertação será explorado em quatro capítulos principais.

¹ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 26ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016, pp. 3 e 27-32.

O primeiro capítulo será responsável por definir o conceito de precedente judicial, o que será feito, de início, averiguando a definição que o estado da arte atribui a essa figura, distinguindo-a de institutos correlatos. Examinaremos ainda os precedentes no âmbito da tradição de *common law*, sua incursão no sistema de *civil law*, e a aproximação entre essas duas culturas jurídicas.

Essa tarefa inicial viabilizará o exame, no segundo capítulo, daquilo que identificamos como os antecedentes ou influxos históricos que resultaram na positivação do precedente judicial no texto do CPC/2015.

No terceiro, traçaremos um panorama das alterações legislativas relacionadas aos precedentes judiciais, não sem antes averiguar dois grandes fatores que identificamos como influenciadores da valorização dos precedentes no CPC/2015.

Um, o estágio da teoria da interpretação, que se deparou com um crescente uso na legislação positivada de conceitos jurídicos indeterminados, os quais, por sua fluidez semântica, consubstanciam fonte inesgotável de dissenso jurisprudencial.

Nesse ponto, valorizar o respeito ao precedente judicial é constantemente visto como fator de *uniformização* da jurisprudência para conferir segurança e estabilidade ao sistema.

Dois, o fenômeno da litigiosidade repetitiva também influenciou o fortalecimento da cultura de observância aos precedentes, não somente como elemento uniformizante, mas desta feita com outro objetivo à vista, qual seja, o de *aceleração* dos julgamentos, tendo em conta o acúmulo excessivo de processos que se instaurou no âmbito do Judiciário e a necessidade de solução célere dos conflitos.

Essa a razão pela qual elegemos o instituto da improcedência liminar do pedido para uma análise mais detida, pois, tem a finalidade anunciada de alcançar justamente a celeridade, encerrando a demanda em seu início, com base em tese ou questão já uniformizada.

Passaremos, então, no quarto capítulo, à interpretação do texto do artigo 927 do CPC/2015², não somente à luz do embasamento doutrinário já construído acerca do tema, mas também dos influxos históricos identificados nos cortes anteriores.

Como pano de fundo, o embate entre, de um lado, segmento da doutrina que faz severas críticas ao que identifica como resistência à aplicação uniforme da lei e, de outro, manifestação doutrinária que desenvolve veemente defesa à atividade interpretativa e de aplicação da lei ao caso concreto.

Para fins de ilustração inicial, MARINONI, fundamentado em aspectos históricos e sociológicos, com dura crítica à resistência verificada na prática à aplicação uniforme da lei, a qual deitaria raízes na lógica do “homem cordial” idealizado por Sérgio Buarque de Holanda:

Produto do patrimonialismo brasileiro, o “homem cordial”, vestido de parte, advogado ou juiz, evidentemente inviabilizou a aplicação igualitária da lei, uma vez que essa deveria ser neutra e abstrata apenas àquele que não tivesse “boas razões” – ou seja, que não participasse do “círculo íntimo” – para ser tratado de forma individualizada. Na verdade, a lógica da aplicação da lei, numa cultura marcada pelo patrimonialismo e dominada pelo cidadão que lhe corresponde – o “homem cordial” –, só pode ser a da manipulação da sua aplicação e interpretação, bem sintetizada na conhecida e popular expressão: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei!”³

De outro lado, STRECK observa que todo magistrado exerce a função de garante dos direitos fundamentais, e não pode ser limitado a reproduzir interpretações fixadas de forma prévia em enunciados supostamente universalizáveis:

Tampouco pode-se aceitar como válida a tentativa de construção de uma neo-escola da exegese, que tenta reduzir complexidade em um sistema de enunciados (de duvidosa normatividade) supostamente

² CPC/2015, artigo 927 - Os juízes os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

³ MARINONI, Luiz Guilherme. *A ética dos precedentes: justificativa do novo CPC*. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 88.

claros e precisos a ponto de tornar desnecessária qualquer atividade de interpretação, ressuscitando vetusto brocado ‘*in claris cessat interpretatio*’. É preciso lembrar que todo juiz é um garante de direitos fundamentais. (...) O plano dos precedentalistas parece claro: deslocar todo o poder de atribuição de sentido para os Tribunais Superiores (...). Surge, no horizonte, um novo tipo de juiz (e desembargador): *juiz-desembargador-boca-dos-precedentes-à-brasileira*.⁴

⁴ STRECK, Lenio Luiz. *Precedentes judiciais e hermenêutica*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, pp. 68-69.

5. Síntese conclusiva

As principais conclusões alcançadas a partir do exame proposto foram expostas no item 4.3, relativo à análise crítica do estado da questão sob estudo. Incumbe, neste momento final, sintetizá-las.

Em um contexto mais amplo de confluência entre as tradições da *common law* e da *civil law*, o precedente judicial parece ter sido adotado no Brasil não apenas em sua função original de construção do Direito a partir do caso concreto e de casos anteriores análogos (tradição da *common law*), mas também como uma resposta processual à necessidade de se uniformizar a jurisprudência e de se conferir tratamento adequado à litigância repetitiva.

Esse processo de introdução do precedente judicial, um instituto da *common law*, no Brasil, um país cujo sistema jurídico tem influências de outra ordem e características peculiares, evidentemente, é suscetível a enfrentar incompatibilidades e necessidade de leituras de adaptação. Influências de outra ordem, pois, as tentativas de uniformização da jurisprudência no Brasil têm em sua gênese a influência do processo civil lusitano, em especial da sistemática dos assentos normativos das Casas de Suplicação, cujo caráter de generalidade e abstração pode ser observado em uma variedade de enunciados das súmulas dos tribunais brasileiros, ou mesmo nas ementas de seus julgados.

Diante de quadro de divergência a respeito do sentido a ser atribuído à letra do artigo 927 do CPC/2015, ao nosso sentir, há de prevalecer interpretação conforme à Constituição, considerando não somente a nossa história jurisprudencial de uniformização mediante teses cristalizadas em súmulas, mas também o inegável acolhimento, por nosso sistema, de técnicas de operação com precedentes, à símile das existentes no sistema de *common law*, tais como a identificação da *ratio decidendi* do precedente, o *distinguishing* e *overruling* (artigos 489, §1º, V, VI; 926, §2º).

Para evitar confusão terminológica que dificulta o manejo prático dos institutos processuais, estabelecemos a premissa de que o precedente é um instituto jurídico de natureza e definição científica universal, e não deve ser desnaturado ou conformado à luz da legislação de cada país. Reservamos, pois, a expressão *precedente*

judicial para designar o fenômeno originado em processo evolutivo histórico na *common law*, em sua função original de construção do Direito a partir do caso concreto e de casos anteriores análogos, e que não pode ser designado previamente pela lei como precedente, porquanto tido como tal a partir do momento em que utilizado como parâmetro em caso subsequente. Não é adequado, portanto, falar-se em rol de *precedentes* previstos em lei.

Quanto aos incisos do artigo 927 do CPC/2015, os provimentos judiciais listados nos incisos I e II - *I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante*; - têm regime jurídico previsto na Constituição Federal, e são dotados de potencial de fixação de tese geral e abstrata, pois se desprendem das causas que os ensejaram, e mesmo assim vinculam, por decorrência do efeito vinculante, categoria com sede constitucional, responsável por desenhar os limites da separação entre os poderes.

Quanto aos incisos III, IV e V - *III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados* – parece-nos correto afirmá-los, a partir de interpretação conforme à Constituição, como provimentos judiciais uniformizantes, elegendo como prevalecente uma das interpretações possíveis do texto da lei. Além dessa função uniformizante, reconhecemos que tais provimentos podem inovar na ordem jurídica de maneira mais concreta, na hipótese em que, uma vez prolatados, venham a ser usados como verdadeiros *precedentes* em casos subseqüentes, à símile do que ocorre na tradição de *common law*. Embora não tenham o efeito vinculante previsto na Constituição, tais provimentos integrarão a ordem jurídica, e diante desta circunstância *deverão* ser aplicados pelos juízes e tribunais nos casos subseqüentes, por uma razão de direito material, qual seja, a incidência do princípio da isonomia (CF, artigo 5º, *caput*) na aplicação do Direito.

Para que se afirme que tais provimentos *devem* ser aplicados, em fenômeno processual que alguns rotulam como *força obrigatória* dos precedentes, é

preciso que atendam pelo menos duas etapas, uma relativa à fundamentação do provimento judicial, outra concernente às técnicas de operação com precedentes positivadas pelo CPC/2015. Identificamos, ainda, uma terceira etapa controversa, afirmada por parcela da doutrina que, vislumbrando a hipótese em que um provimento judicial adote solução que rompa os parâmetros de *integridade*, tal provimento não teria o condão de obrigar o juiz de um caso subsequente a aplicá-lo.

Neste ponto, chegamos a uma observação interessante, a respeito na natureza do direito de ação, tema clássico de histórica divergência doutrinária. Ultrapassadas com êxito as etapas que permitem afirmar que um provimento judicial está dotado de força obrigatória para aplicação em caso subsequente, isto é, exaustivamente fundamentado sob contraditório pleno, ausente hipótese de distinção e superação, entendemos possível dizer que ações futuras nele fundadas, de igual base fática, revelam hipótese em que o direito de ação assume feições concretas, a significar o direito público subjetivo, dirigido contra o Estado-Juiz, a uma sentença de conteúdo determinado, tal como desenhado em célebre posicionamento de BOTELHO DE MESQUITA.

Consideramos, ainda, irrelevante o cabimento de um meio específico de impugnação para que se qualifique um precedente como obrigatório. Mais não fosse, a previsão de reclamação para imposição de um precedente nos parece medida autoritária, que interrompe o curso regular do processo e passível de prejudicar o exame do caso concreto e o contraditório sobre a do precedente que se pretende ver imposto - uma vez que sempre será necessária a verificação da identidade fática e da existência de alguma fundamentação jurídica ainda não debatida. A consequência processual para o caso de não aplicação de um provimento de força obrigatória deveria ser o acesso à via recursal regular, completamente apta à consecução do objetivo de fazer prevalecer o provimento compreendido como paradigma, ainda que acrescida de mecanismos aceleratórios mediante julgamento monocrático, cujo uso demanda atenção qualificada às peculiaridade do caso concreto.

Ainda, não vemos respaldo semântico ou lógico em afirmar a existência de diferentes graus de vinculação ou obrigatoriedade. O efeito vinculante, como vimos, é instituto processual previsto na Constituição Federal, do qual um provimento judicial

está dotado ou não. Afirmar que um provimento obriga parcialmente significa que não há obrigatoriedade alguma.

Finalmente, retratamos diversos alertas doutrinários acerca do uso das teses fixadas em súmulas, dos provimentos judiciais uniformizantes ou mesmo dos precedentes para enfrentar o problema da litigiosidade repetitiva. A nosso ver, este quadro de uso desvirtuado das teses estampadas em súmulas ou ementas de julgados é resultado do conflito entre diferentes culturas. De um lado, influência histórica lusitana de emissão de assentos e disseminação no processo civil brasileiro da fixação de teses gerais e abstratas em súmulas. De outro, tentativas de importação do modelo precedentalista de *common law*. Daí a importância do uso adequado das técnicas processuais, a partir da compreensão bem definida do que é precedente, diferenciando-o de institutos correlatos.

BIBLIOGRAFIA

ABBOUD, Georges; STRECK, Lenio Luiz (orgs.) [et al.]. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

ADORNO JÚNIOR, Helcio Luiz; SOARES, Marcele Carine dos Praseres. *A alteração do sistema das fontes do direito brasileiro pelas súmulas vinculantes e pelos princípios normativos*. In: Revista de Direito do Trabalho, vol. 170, junho/julho de 2016, pp. 187-201.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Direito judiciário brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1960.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Os precedentes vinculantes e o Novo CPC: o futuro da liberdade interpretativa e do processo de criação do direito*. In: DIDIER JR., Fredie [et al.] (coords). *Precedentes. Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2015, pp. 425-443.

ARONNE, Ricardo. *O princípio do livre convencimento do juiz*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1996.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Os assentos no direito processual civil*. In: Justitia – Órgão do Ministério Público de São Paulo, nº 74, 1971.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil Anotado*. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Teoria do precedente judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais*. São Paulo: Noeses, 2012.

BUZAID, Alfredo. *Uniformização da jurisprudência*. In: Revista da Ajuris – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, nº 34, 1985.

CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CAETANO, Marcello. *Manual de Direito Administrativo*. vol. 1. 10ª ed., Coimbra: Almedina, 1980.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2015.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *A força dos precedentes no moderno processo civil brasileiro*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Direito jurisprudencial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CAMBI, Eduardo; ALMEIDA, Vinícius Gonçalves. *Segurança jurídica e isonomia como vetores argumentativos para a aplicação dos precedentes judiciais*. Revista de Processo, v. 41, n. 260, out. 2016, São Paulo, 2016, pp. 277-304.

CAMINKER, Evan H. *Why Must Inferior Courts Obey Superior Court Precedents?* Stanford Law Review, v. 46, 1993-1994.

CARMIGNANI, M. C.; VELASCO, Ignácio Maria Poveda. *O precedente judicial na história do direito luso-brasileiro*. In: YARSHELL, Flávio Luiz ... [et al.] (coords.). *Estudos de Direito Processual Civil em homenagem ao Professor José Rogério Cruz e Tucci*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

CARMIGNANI, M. C. *O direito judiciário lusitano - os assentos da casa da suplicação*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 111, junho de 2017, pp. 19-29.

CASTANHEIRA NEVES, António. *O instituto dos assentos e a função jurídica dos supremos tribunais*. 1ª edição (reimpressão). Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

CAZETTA JÚNIOR, José Jesus. *Assentos da Casa da Suplicação*. In: Revista do Advogado, nº 84, 2005.

CHIASSONI, Pierluigi. *La Giurisprudenza Civile*, p. 149-150 apud SOUZA, Marcus Seixas. *Os precedentes na história do direito processual civil brasileiro: colônia e império*. Disponível em

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15279/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Marcus%20Seixas%20Souza.pdf>. Acesso em 16.10.2018 às 12:46.

CHIODELLI, Ítalo João. *A compatibilidade da teoria do precedente com a teoria dos direitos fundamentais proposta pelo neoconstitucionalismo*. In: Revista de Processo Comparado, vol. 3/2016, jan-jun de 2016, pp. 75-87.

COSTA NETO, José Wellington Bezerra da. *Precedentes no Código de Processo Civil de 2015: somos ainda civil law?* In: Revista de Processo, vol. 258, ano 41, V, agosto de 2016. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 387-418.

_____. *Vinculação a precedentes e livre convencimento judicial*. Revista de Processo, vol. 266/2017, Abr/2017, pp. 447-480.

COSTA, Mario Júlio de Almeida. *História do direito português*. 2. ed. 2. Reimpr. Coimbra: Almedina, 1996.

CRAMER, Ronaldo. *Precedentes judiciais: teoria e dinâmica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CRUZ, Guilherme Braga da. *O direito subsidiário na história do direito português*. Revista Portuguesa de História, v. 14. Coimbra, 1975.

CUNHA, Sérgio Sérulo. *O efeito vinculante e os poderes do juiz*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CURTOLO, Cristiane Maria de Lima. *O emplasto Brás Cubas: breves considerações sobre a incorporação dos precedentes judiciais no novo Código de Processo Civil*. Revista de Direito Privado, v. 17, n. 71, nov. 2016, São Paulo, 2016, pp. 17-33.

CURY, Elenara Ues. *Precedentes judiciais e o princípio do contraditório à luz do novo Código de processo civil*. Revista dos tribunais, vol. 978/2017, abr/2017, p. 265-280.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAVID, René. *O direito inglês*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Os grandes sistemas do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 10 ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 17 edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

_____. *Editorial* 49. Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-49/>. Acesso em 30.10.2018 às 16:12.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Tomo I. 8ª edição. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. *Nova era do processo civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Súmulas Vinculantes*. Revista Forense, v. 347, jul./set. 1999, Rio de Janeiro, 1999.

DOS SANTOS, Luís Elias Miranda. *Súmula vinculante e o instituto dos assentos: seu sentido normativo e o problema da liberdade judicial*. Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5402943.pdf>>. Acesso em 10.01.2019.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 26ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

EISENBERG, Melvin Aron. *The nature of the common law*. London: Harvard University Press, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FEDERIGHI, Wanderley José. *Jurisprudência e Direito*. 1ª edição. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

_____. *Notas sobre o Projeto do Novo CPC: solução ou mais problemas?* In: Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 16, nº 41, Escola Paulista da Magistratura. Julho-Setembro/2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional, conforme EC 88/2015*. 7ª edição. Belo Horizonte: Editora JusPodivm, 2015.

FERRAZ, Tais Schilling. *Ratio decidendi x tese jurídica: a busca pelo elemento vinculante do precedente brasileiro*. Revista de Processo, v. 42, n. 264, mar. 2017, São Paulo, 2017, pp. 419-441.

FERREIRA DA SILVA, Luis Renato. *A regra do precedente no direito inglês*. Revista de Direito Civil, Ano 20, n. 75, jan.-mar., 1996.

FERREIRA, William dos Santos. *Súmula vinculante – Solução Concentrada: vantagens, riscos e a necessidade de um contraditório de natureza coletiva (amicus curiae)*. In: WAMBIER, Teresa de Arruda Alvim [et al.] (coord.). *Reforma do Judiciário*. São Paulo: RT, 2005.

FILIPPO, Thiago Baldani Gomes de. *Precedentes judiciais e separação dos poderes*. In: Revista de Processo, vol. 247, setembro de 2015, pp. 423-448.

GONÇALVES, Gláucio Maciel. *O prospective overruling nas supremas cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo código de processo civil – CPC/2015*. Revista de Processo, v. 41, n. 258, ago. 2016, São Paulo: RT, 2016, pp. 357-385.

HESPANA, António Manoel. *Cultura jurídica Européia – Síntese de um Milênio*. 3. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Passado e futuro da súmula do STF*. In: Revista de Direito Administrativo, nº 145, Rio de Janeiro, FGV, jul./set., 1981.

_____. *Problemas de Direito Público e outros Problemas*. Brasília: Ministério da Justiça, v. 1, 1997.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Reclamação Constitucional*. São Paulo: Ed. RT, 2011.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo*. 2ª. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *Do xadrez à cortesia: Dworkin e a teoria do direito contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACÊDO, Lucas Buril de. *O regime jurídico dos precedentes judiciais no projeto do novo Código de Processo Civil*. In: Revista de Processo, vol. 237, novembro de 2014, pp. 369-401.

_____. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Divergência jurisprudencial e Súmula Vinculante*. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *A ética dos precedentes: justificativa do novo CPC*. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Aproximação crítica entre as jurisdições de civil law e common law e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil*. In: Revista de Processo, vol. 172, junho de 2009, pp. 175-232.

_____. *O STJ enquanto corte de precedentes. Recompreensão do Sistema Processual da Corte Suprema*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Precedentes Obrigatórios*. 4ª edição em e-book baseada na 5ª edição impressa. São Paulo: Ed. RT, 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Integridade, estabilidade e coerência da jurisprudência no estado constitucional e democrático de direito: o papel do precedente, da*

jurisprudência e da súmula, à luz do CPC/2015. Revista dos Tribunais, v. 105, n. 974, dez. 2016, São Paulo: RT, 2016, pp. 129-154.

_____. *Novo Código de Processo Civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973*. 5ª edição rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. *Precedentes – O desenvolvimento judicial do direito no constitucionalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. *A súmula da jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal*. In: *Teses, estudos e pareceres do processo civil, volume 2: jurisprudência e competência, sentença e coisa julgada, recursos e processos de competência originária dos tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, pp. 220-224.

_____. *As novas tendências do direito processual: uma contribuição para o seu reexame*. In: *Teses, estudos e pareceres do processo civil, volume 1: direito de ação, partes e terceiros, processo e política*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. *Da ação civil*. In: *Teses, estudos e pareceres do processo civil, volume 1: direito de ação, partes e terceiros, processo e política*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. *Uniformização da jurisprudência (esboço de substitutivo ao projeto de lei 3.804/93)*. In: *Teses, estudos e pareceres do processo civil, volume 2: jurisprudência e competência, sentença e coisa julgada, recursos e processos de competência originária dos tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MIRANDA, Jorge. *Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas*. São Paulo: RT, 2013.

_____. *Precedentes: da persuasão à vinculação*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. vol. V: arts. 476 a 565. 13ª ed rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 27.

MORETO, Mariana Capela Lombardi. *O precedente judicial no sistema processual brasileiro* [online]. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em Direito Processual. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-15052013-162737/>>. Acesso em 16.03.2019 às 09:11.

MUSCARI, Marco Antônio Botto. *Súmula vinculante*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império, Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo Primeiro, 1813-1857. Rio de Janeiro: H. Garnier. Livreiro-Editor, 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179441>>. Acesso em 16.03.2019 às 07:57.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 16ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. Volume único, 9ª edição, Ed. JusPodivm, 2017.

_____. *Novo Código de Processo Civil: Comentado Artigo por Artigo*. 2. ed. rev. e atual., Salvador: JusPodivm, 2017.

_____. *Novo Código de Processo Civil: Leis 13.105/2015 e 13.256/2016*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016.

PEIXOTO, Ravi. *A superação de precedentes (overruling) no Código de Processo civil de 2015*. In: Revista de Processo Comparado, vol. 3/2016, jan-jun de 2016, pp. 121-157.

_____. *Superação do Precedente e Segurança Jurídica*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

PINTO, Nelson Luiz. *As Súmulas do STJ e do STF e sua Influência na Admissibilidade do Recurso Especial*. In: Revista de Processo, n. 62, Ano 16, Abril-Junho, 1991.

RAMIRES, Maurício. *Crítica à aplicação de precedentes no direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

REIS, Maurício Martins. *As súmulas são precedentes judiciais: de como as súmulas devem ser interpretadas como se fossem precedentes de jurisprudência*. In: Revista de Processo, vol. 230, Abril de 2014, pp. 417-437.

RODRIGUES, Walter Piva. *Súmula vinculante em matéria processual*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Campinas. n.16. p.181-6. mar. 2002.

ROSA, Renato Xavier da Silveira. *Precedentes no processo civil brasileiro: valorização e efetividade*. 198f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROSAS, Roberto. *Direito Sumular, comentários às Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça*. 11ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.

_____. *Jurisprudência. Uniformização. Súmula*. In: *Direito processual: inovações e perspectivas – estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira*. 2003.

ROSSI, Júlio César. *Precedente à brasileira: a jurisprudência vinculante no CPC e no Novo CPC*. São Paulo: Atlas. 2015.

SALLES, Carlos Alberto de. *Precedentes e Jurisprudência no Novo CPC: Novas Técnicas Decisórias?* In: Grinover, Ada Pellegrini. et. al. *O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015, pp. 77-88.

SANCHES, Sydney. *Uniformização da jurisprudência*. São Paulo: RT, 1975.

SHIOPPA, Antonio Padoa. *Storia del diritto in Europa – dal medioevo all'età contemporanea*. Bologna: Il Mulino, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 38ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. *Direito processual constitucional*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Common law: introdução ao direito dos EUA*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

SOUZA, Rogério de Oliveira. *A Relação do Rio de Janeiro*. Revista da EMERJ, v.4, n. 14. Rio de Janeiro, 2001.

STRECK, Lenio Luiz; ABOUD, Georges. *O que é isto – o precedente judicial e as súmulas vinculantes?* Vol. 3. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

STRECK, Lenio Luiz; RAATZ, Igor. *A teoria dos precedentes à brasileira entre o solipsismo judicial e o positivismo jurisprudencialista ou “de como o mundo (não) é um brechó”*. Revista de Processo, v. 41, n. 262, dez. 2016, São Paulo, 2016, pp. 379-411.

STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto – a Existência de Coerência e Integridade no Novo Código de Processo Civil?* In: _____; Alvim, Eduardo Arruda; Leite, George Salomão (coords.). *Hermenêutica e jurisprudência no novo código de processo civil: coerência e integridade*. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. *Precedentes judiciais e hermenêutica*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

_____. *Súmulas no Direito Brasileiro, Eficácia, Poder e Função. A ilegitimidade constitucional do efeito vinculante*. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. 5. ed., rev., mod. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

SUMMERS, Robert; ENG, Svein. *Departures from precedent*. In: MacCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert (orgs.). *Interpreting Precedents: a comparative study*. Aldershot: Ashgate, 1997.

TALAMINI, Eduardo. *O que são “precedentes vinculantes” no CPC/2015*. Disponível em

https://www.academia.edu/37336207/O_QUE_S%C3%83O_OS_PRECEDENTES_VINCULANTES_NO_CPC_15_2016_. Acesso em 25.02.2019 às 16:56.

TARUFFO, Michele. *Las funciones de las cortes supremas*. In: TARUFFO, Michele. [et al.]. *La misión de los tribunales supremos*. Madrid: Marcial Pons, 2016 apud STRECK, Lenio Luiz. *Precedentes judiciais e hermenêutica*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

_____. *Le funzioni delle Corti Supreme tra uniformità e giustizia*. In: DIDIER JR., Fredie et al (coord.). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2015, pp 260-262.

TAVARES, Ana Lúcia de Lyra. *Contribuição do direito comparado às fontes do direito brasileiro*. v.5. São Paulo: Prisma Jurídico, 2006.

TAVARES, André Ramos. *Reforma do Judiciário no Brasil pós-88: (des)estruturando a justiça: comentários completos à Emenda Constitucional n. 45/04*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

TEMER, Sofia. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. Salvador: JusPodivm, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto [et al.]. *Novo CPC – Fundamentos e sistematização*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – demandas repetitivas*. In: Revista de Processo, bol. 255, maio de 2016, pp. 359-372.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luís Carlos de. *Lições de história do processo civil lusitano*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Contra o Processo Autoritário*. In: Grinover, Ada Pellegrini [et al.]. *O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Eficácia do precedente judicial na história do direito brasileiro*. In: Revista do Advogado, nº 78, 2004.

_____. *O Regime do Precedente Judicial no Novo CPC*. In: DIDIER JR., Fredie ... [et al.] (coords.). *Precedentes – Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. v. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, pp. 445-457.

_____. *Parâmetros de eficácia e critérios de interpretação do precedente judicial*. In: WAMBIER, Teresa de Arruda Alvim [et al.] (coords.). *Direito Jurisprudencial*. São Paulo: RT, 2012, pp. 97-132.

VARANO, Vincenzo; BARSOTTI, Vittoria. *La tradizione giuridica occidentale*. apud MACÊDO, Lucas Buril de. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

VICENTE, Dario Moura. *Direito comparado*. Coimbra: Almedina, 2011.

VIEIRA, Andréia Costa. *Civil Law e Common Law: os dois grandes sistemas legais comparados*. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2007.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.]. *Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo*. 2ª ed. rev., atual. e ampl. 2ª tiragem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

WATANABE, Kazuo. *Filosofia e características básicas do juizado especial de pequenas causas*. In: WATANABE, Kazuo (coord.). *Juizado Especial de Pequenas Causas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985.

ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 3ª. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2017.

ZUFELATO, Camilo. *Precedentes Judiciais Vinculantes à Brasileira no Novo CPC: aspectos gerais*. In: *O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. Vários autores. São Paulo: Atlas, 2015.